

ESPAÇO E PODER

MARIA IONE FARACO BESERRA
(MESTRANDA DO CPGD/UFSC)

A sociedade que deve ser a preocupação fundamental de todo e qualquer ramo do saber humano é uma sociedade total. Cada ciência particular, entretanto, se ocupa de um dos seus aspectos. O fato de essa realidade total, que é a sociedade, não se apresentar a cada um de nós, em cada momento e em cada lugar, senão um ou alguns dos seus aspectos, justifica a existência de disciplinas particulares. Isso não desdiz o princípio da unidade da ciência, apenas evidencia outro princípio fundamental, que é o da divisão do trabalho.

Cada ciência corresponde a um nível de organização da natureza. Entre esses níveis há continuidades e descontinuidades. Cada ciência é, por suas divisões, reduzível a aplicações de um nível inferior. A cada nível corresponde uma organização cujas propriedades se revelam pelos comportamentos que comandam.

Este trabalho pretende demonstrar como a Geopolítica, desde o início de seu desenvolvimento como ciência, em que pese o posicionamento de muitos que não a consideram como tal, até nossos dias, está impregnada por posturas geográficas e, através destas, identificar os agentes e as práticas sociais relacionadas ao espaço (em jogo) na atualidade.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA

Pela análise do contexto geral da Geografia, se conclui que esta disciplina

discute os fatos referentes ao espaço e, mais, a um espaço concreto e delimitável - a superfície terrestre. Só será geográfico um estudo que aborde a forma, ou a formação, ou a dinâmica (movimento e funcionamento), ou a organização, ou a transformação do espaço terrestre.

A impossibilidade de existir um conteúdo consensual na Geografia está no fato de o ternário geral se substantivar em propostas apoiadas em concepções do mundo, em metodologias em posicionamentos sociais diversificados, e muitas vezes antagônicos (políticos, ideológicos e científicos). Só através do mito da ciência "neutra", "supra-ideológica", seria possível definir um objeto consensual.

Algumas definições de Geografia, abaixo enunciadas, demonstram a veracidade da inexistência de conteúdo consensual na Geografia:

- A. Allix - "a geografia é a ciência, digamos mais modestamente, o estudo da repartição e da coordenação dos fatos que têm por sede (campo) a porção de crosta terrestre e da atmosfera acessível ao homem."

- De Martonne - "a geografia moderna estuda a repartição à superfície do globo de fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa repartição e as relações locais desse fenômeno. Ela tem caráter essencialmente científico e filosófico mas, também, um caráter descritivo e realista."

- Fr. Ruellan - "a geografia é uma ciência, que procura definir associações de fatos na sua forma sintética, para melhor apreender suas relações complexas, isto é, para compreender um conjunto coerente de manifestações de vida física e humana na vida do globo. Convém pois marcar com precisão a extensão dos fenômenos que entram na composição de um meio geográfico, procurar suas causas e conseqüências e traçar sua evolução."¹

Os métodos de interpretação expressam posicionamentos sociais, ao nível da ciência. A existência da diversidade metodológica expressa o conflito, que reina numa sociedade de classes. À luta de classes corresponde a luta ideológica, que tem, no domínio do conhecimento científico, seu palco privilegiado. A Geografia, sendo também uma emanção da prática social, não escapa a este quadro. Toda tentativa de definir o objeto geográfico, que não leve

em conta esta realidade, é dissimuladora, ideológica. As propostas estarão sempre vinculadas a conteúdos e interesses de classes e, sendo os interesses de classes contraditórios, as propostas serão também contraditórias.

Antonio Carlos Robert Moraes, em seu livro *GEOGRAFIA Pequena História Crítica*, continua na mesma linha de raciocínio quando diz: "Escapa-se ao plano da abstração, quando se aceita que existem tantas Geografias quantos forem os métodos de interpretação. E mais, que Geografia é apenas um rótulo, referido a um ternário geral. E que só se substantiva através de propostas orientadas por métodos, que expressam posicionamentos sociais. Assim, o que é Geografia dependerá da postura política, do engajamento social de quem faz Geografia. Assim, existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes."²

Desta forma, explicar o que é Geografia passa a ser a explicação do conteúdo de classe subjacente a cada proposta, o que possibilita a conclusão de que a Geografia é uma prática social referente ao espaço terrestre, a qual pode ser de dominação (como tem sido na maioria das propostas) mas também de libertação.

Em Geografia, a preocupação com os princípios e as classificações fez com que fosse perdido de vista o próprio conteúdo do qual deveria ocupar-se a ciência. Não se pode, de forma alguma, querer dar limites precisos a uma ciência, porque a parte da realidade que ela se propõe estudar jamais é separada das outras por uma delimitação precisa. Na realidade, cada coisa da natureza encontra-se unida com outras de tal maneira que aí não pode haver solução de continuidade entre as diferentes ciências em fronteiras muito precisas.³

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA

Para alguns autores, como Nelson Werneck Sodré, a Geopolítica é oriunda da Geografia da etapa imperialista, que pretendendo ser geográfica não passa de construção ideológica desprovida de sentido científico, marginal, com representação apenas no plano político. A disputa imperialista por nova repartição do mundo, levada a extremos com a ascensão germânica, proporcionou as condições para que se efetivasse a passagem do campo da Geografia para o da Geopolítica, desenvolvendo-se um esforço para revestir

de caráter científico aquilo que não passava, no dizer de Werneck Sodré, de espoliação colonialista e imperialista.

Se o determinismo geográfico é um dos traços mais característicos da Geografia da época imperialista, a Geopolítica assinala a deformação levada à monstruosidade — é a Geografia do fascismo (arma do fascismo). Desde que Friedrich Ratzel lançou as bases do determinismo, abriram-se à Geografia dois caminhos: o científico e o ideológico. A Geopolítica representa a culminância da trilha ideológica.

A doutrina desenvolvida por Friedrich Ratzel nasce embasando uma concepção autoritária e imperialista de Estado, como um corpo que precisa alimentar-se de espaço para acomodar seu crescimento. Ratzel não pode ser considerado rigorosamente um geo-político, mas sim como precursor de uma doutrina que à época de seu surgimento começa a empolgar alguns geógrafos alemães.

O formulador político da teoria geográfica foi o jurista sueco Rudolf Kjellén, o primeiro a empregar a expressão «geopolítica», em seu livro *O Estado como uma forma de Vida*, publicado em 1917. Ele radicalizou as idéias organizadas de Ratzel e seu prestígio como o pai da geopolítica esteve ascendente até 1924, ano a partir do qual predominou o pensamento difundido pelo Instituto de Munique, que ele tanto influenciou. As idéias de Kjellén foram de muita utilidade ao desenvolvimento do pangermanismo.

Influenciado pelas idéias desenvolvidas por Ratzel, Kjellén de-fendeu a divisão da ciência política da seguinte forma:

- Cratologia: ciência da organização legal do poder do Estado;
- Geopolítica: *Ciência do Estado como dominador do espaço*;
- Demopolítica: ciência das formas de organização política das massas;
- Ecopolítica: ciência dos processos de produção e consumo;
- Sociopolítica: ciência do controle da sociedade.

Segundo Werneck Sodré, a predominância das concepções ratzelianas no pensamento de Kjellén ressalta de suas formulações, como a citada a seguir: "Estados vitalmente fortes, com uma área de soberania limitada, são dominados pelo categórico imperativo de dilatar seu território pela colonização, união com outros Estados, ou conquistas de diferentes espécies. Foi esse o caso com a Inglaterra, é o caso com a Alemanha e o Japão; como vedes, não é o

instituto primitivo da conquista, mas a *tendência natural e necessária para a expansão como meio de autoconservação*". (grifei). Sob esse enfoque o imperialismo é colocado como expansão natural e justa. Tal enfoque irá mais tarde fazer com que se considere a penetração econômica como perfeito sustentáculo da expansão territorial, ambas inegavelmente formas de dominação.

Karl Haushofer, alemão, desenvolveu conceitos que se difundiram no âmbito da geopolítica, discutindo a diferença entre Geografia e Geopolítica, sustentou que esta é essencialmente dinâmica constituindo-se numa forma de educar as massas no conceito de espaço, acrescentando que a Geopolítica é a ciência que determina e condiciona a evolução política ao solo, fornecendo os instrumentos para as atividades políticas e sendo um guia na vida política. E, concluiu: "A Geopolítica pretende e deve se tornar a consciência geográfica do Estado", (grifei). Neste período o princípio básico pregado pelos geopolíticos era: ESPAÇO É PODER.

Com a derrota do nazismo a Geopolítica alemã entra em declínio, voltando a evidenciar-se com a chamada "*guerra fria*", definindo claramente seu conteúdo ideológico. Trata-se de estabelecer a naturalidade e a necessidade de hegemonia mundial de uma grande potência, capaz de dar segurança aos povos seus tutelados e servidores e de assegurar neles a vigência ou a continuidade de regimes políticos autoritários, apresentados como preservadores da civilização cristã ocidental. Tais países, carentes de ajuda, renunciavam para alcançar dita proteção à sua soberania econômica e política, passando a simples fornecedores de matérias-primas, de força de trabalho barata ou de ambas ao preço fixado pelo comprador.

Paralelamente desenvolve-se o entendimento de que a soberania deve ser limitada e que as fronteiras que se deve considerar não são as políticas, mas as ideológicas.

Para Pierre George, a pior das caricaturas da Geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a Geopolítica, justificando autoritariamente, qualquer reivindicação territorial, qualquer pilhagem, por pseudo-argumentos científicos.⁴

Vejam a explicação. A Geopolítica vai se construindo com brutalidade política, explicando-se com as manifestações de uma imaginação científica, e utilizando-se de uma espécie de lógica

para justificar os fatos consumados, ou explicar os que se pretendem consumir, apresentando-os como acontecimentos determinados. Por este motivo é que a maioria dos geopolíticos não consegue se libertar das teorias do determinismo e do organicismo. A Geopolítica sempre explicará e justificará o crescimento (expansionismo territorial e económico) dos Estados autoritários, muitas vezes mudando de forma mas fundamentando as justificativas em relação ao crescimento orgânico, que se processará não só através da voragem de terras – o espaço –, mas também no domínio e controle das riquezas naturais e da economia dos países mais fracos.

Entre os construtores da Geopolítica, Halford John Mackinder, merece destaque pela influência que suas teses exerceram sobre o Instituto de Munique e sobre seu mentor Karl Haushofer. Mackinder é o criador da teoria do "heartland" – teoria do coração da terra/ teoria do poder terrestre, através da qual desenvolveu a idéia da terra como uma "ilha mundial" que tem um coração. Quem controlar o "coração da ilha" ou o "coração da terra" dominará consequentemente o mundo. O chamado "heartland" situa-se entre os rios Elba e o Vístula, que cortam, respectivamente, a Alemanha e a Polónia. A síntese de sua teoria geopolítica é simples: quem domina a Europa Oriental comanda o coração do mundo; quem domina o coração do mundo comanda a ilha do mundo e quem domina a ilha do mundo comanda o mundo. Suas teses impressionaram porque eram necessárias ao imperialismo e pelas condições políticas do momento em que foram desenvolvidas – a ascensão do fascismo europeu.

2.1. *A influência do Instituto de Munique*

Quase todas as teorias geopolíticas do período fascista são trabalhadas no Instituto de Munique, sob a influência de Karl Haushofer. Referido Instituto adaptou as idéias de Kjellén, Otto Maull e Ernst Obst às necessidades do III Reich. O extremado nacionalismo aliado ao segregacionismo racial do Reich teve o seu correspondente geopolítico em Haushofer, que é o cultor da teoria do "sangue e solo" com que se pretendeu evitar que os alemães, no período hitlerista, fossem contaminados pelo cosmopolitanismo considerado como perigosa forma de decadência.

Na Revista de Geopolítica suas idéias faziam contraponto com as de Otto Maull - (de tendências não tão deterministas) transformando-se na viga mestra do misticismo geopolítico do nazismo. Com Haushofer a geopolítica encontrou a definição final que foi apropriada pelo nazismo: "A Geopolítica é a ciência dos fundamentos territoriais e raciais que determinam o desenvolvimento dos povos e dos Estados"

A Geopolítica é portanto a doutrina das relações da terra com os desenvolvimentos políticos. Tem por base os sólidos fundamentos da geografia, em especial da geografia política como doutrina e estrutura dos organismos políticos no espaço. Os descobrimentos da geografia, quanto ao caráter dos espaços da terra representam a estrutura da Geopolítica. Os acontecimentos políticos têm que ocorrer dentro desta estrutura para ter conseqüências favoráveis permanentes.

Deste modo a Geopolítica converte-se na doutrina de uma arte. A questão é guiar a política prática até esse ponto, que é dar um passo em direção ao desconhecido. Este passo só alcançará êxito se estiver inspirado por conhecimentos geopolíticos. A Geopolítica deve ser e será a consciência geográfica do Estado.⁵

Em torno destes conceitos surgirá uma prática geopolítica. No entanto, o condicionamento dessa prática é a necessidade programada do expansionismo nazista e não a aplicação de enunciados que se criam apenas para justificá-la. Quando os geopolíticos nazistas falam em conceitos como os de "espaço vital", "espaço político", "Poder e Terra" ou "sentido de espaço", não se presume estejam criando teorias que o Estado Nazista deve aplicar, estão, ao contrário, antecipando justificativas, de acordo com a política determinista do III Reich executada como medida de sobrevivência.

"É sintomático que a importância maior da Geopolítica aconteça nesse período. O que faz lembrar a rude frase: *A Geopolítica é a geografia do fascismo*. É natural que a geopolítica, filha do imperialismo, torne-se poderosa no auge do autoritarismo de Estado, como foi o nazismo. Ela é a arma política e como tal, tanto mais aguçada e mais forte quanto mais se precise dela. Está carregada de deformações ideológicas e é visceralmente anti-científica, portanto, é natural que as patologias das degenerações políticas fascistas recorram ao seu manipulável arsenal para justificarem seus crimes".⁶

Haushofer apenas reescreveu, com o domínio sobre os conhecimentos geopolíticos que lhe eram peculiares, as idéias de Adolf Hitler (expostas em *Minha Luta*). Ao contrário do que muitos autores afirmam, nem Haushofer nem os demais geopolíticos nazistas criaram ou inspiraram idéias geopolíticas que pudessem motivar as ações do III Reich. O que fizeram e o que fazem alguns geopolíticos nos mais diversos cantos do mundo, foi codificar sistematicamente as justificativas para o programa expansionista do nazismo.

3. *Geopolítica do Brasil – Doutrina de Segurança Nacional*

Cabe, no presente trabalho, abrir um parêntese para demonstrar como a Geopolítica que desenvolveu-se no Brasil, passou do saber ao poder, tornando-se a consciência geográfica do Estado.

Depois da derrota do III Reich, a Geopolítica nazista sofre um declínio para ressurgir posteriormente nos países subdesenvolvidos, principalmente na América Latina, apresentando maior vigor nos países de regime militar autoritário: Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, Peru entre outros.

Nos países de regime militar autoritário, atualmente, não se pode falar em Geopolítica sem que se mencione a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pelo National War College de Washington. Da análise dos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional fica configurado, que em termos de Brasil, não existiria prática geopolítica sem que houvesse se desenvolvido dita doutrina.

Em 1964 os militares uniram-se aos conservadores, realizou-se uma intensa campanha anti-comunista, que culminou com a tomada do poder, através de um golpe militar. Após o golpe militar de 1964 se verificou o fortalecimento e desenvolvimento da ideologia de segurança nacional. Tal doutrina nada mais é que o controle do Estado sobre os cidadãos, sob uma aparência de legalidade, uma vez que não concedia direitos políticos plenos aos cidadãos.

A doutrina de segurança nacional, no Brasil, desenvolveu-se sob a égide de influências estrangeiras, e constata-se que o que existe é uma forte prática mitificada pela palavra *Segurança*, que visa a sustentação do Poder, anulando qualquer ação que possa pôr em risco a sobrevivência do estado autoritário. A justificativa é o anti-comunismo e uma pretensa defesa do mundo ocidental e cristão.

As diferentes formas de dominação, decorrentes da diversidade de material espoliativo de cada país da América Latina criaram contradições e conflitos entre os países sul-americanos sob a influência da política norte-americana, basicamente entre os interesses dos mais fortes - algumas vezes Brasil e Argentina - e o dos mais fracos, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile. A problemática de relacionamento entre "fortes e fracos" na América do Sul, fica demonstrada de forma clara quando se estuda os relacionamentos dos países integrantes da Bacia do Prata: Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, especificamente exemplificando com o posicionamento do Brasil, Argentina e Paraguai em relação à construção das usinas hidrelétricas de Corpus e Itaipu.

A Geopolítica e a doutrina de segurança nacional desenvolvem-se paralelamente. Assim como a geopolítica, a doutrina de segurança nacional para transformar-se em ação precisa de motivos práticos, isto é, o Estado autoritário, baseado na força militar, garantindo a fusão dessas duas doutrinas que se completam fornecendo a base ideológica do poder.

As idéias e conceitos, os propósitos e objetivos as identificam, como a maior característica dos estados militares, cujo fim parece ser estabilizar o sistema imperialista de dominação. A junção é conseguida pela necessidade de fortalecer conceitos policiais da doutrina de segurança nacional com a possibilidade de cultivar preconceitos que a geopolítica agasalha.

Do estudo dos textos divulgados pela Escola Superior de Guerra, vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas Brasileiras, algumas passagens foram selecionadas pois corroboram de forma bastante precisa as colocações anteriormente expendidas.

"É no meio de uma conjuntura internacional cheia de incertezas e sempre em evolução, e é fazendo parte de uma humanidade com rumos dificilmente discerníveis, que cada país se vê obrigado a manter relações com os demais países, os quais, em relação a ele, podem ser classificados de aliados, antagônicos ou neutros, mas que, conforme a situação e os interesses em jogo podem mudar essa classificação temporária ou definitivamente". "Para nações de grande potencialidade e de importante projeção externa como o Brasil, a complexidade do quadro

internacional é desafio de presença e não de isolamento; o Brasil terá que participar, cada vez mais, da vida internacional, razão pela qual ressalta a necessidade de estudos geopolíticos”.

“Ao mesmo tempo em que participa da vida internacional, a nação tem que buscar o bem-estar do seu povo, bem como preservar sua independência política e sua integridade patrimonial. Deve, pois, no caminho áspero e incerto do mundo atual, procurar Segurança e Desenvolvimento”. “Por tudo isso, a arte de governar tornou-se mais difícil e complexa; daí a necessidade de definir, com clarividência, perseverança e flexibilidade os objetivos a atingir, isto é, definir a Política Nacional nos Campos Político, Econômico, Psicossocial e Militar, assim, como a Estratégia a ser proposta. Necessita pois o estadista, saber interpretar os sinais da era em que vivemos, ter a capacidade de conhecer como a história do mundo se desenvolve e para onde ela tenderá no futuro e, ao mesmo tempo, identificar o verdadeiro interesse nacional, para que seja possível o estabelecimento da Política e Estratégias adequadas”. “Ainda deve ser considerado que, além dos problemas bilaterais com os países com quem mantém relações, o Brasil participa, cada vez mais de problemas do mundo internacional contemporâneo”.

“Poucos países detêm as possibilidades de atuação internacional e diplomática que o Brasil possui; por sua posição e extensão geográfica, por sua população numerosa, e multirracial, por sua formação histórico-cultural, por seu estágio de desenvolvimento, por seu comércio exterior, por seus meios de transporte comerciais, por sua representação diplomática e por sua representação na maioria das entidades internacionais, o Brasil possui elementos de negociação e pontos de contato e de influência em todos os continentes e com a maioria dos povos”⁷ No capítulo em que fazem a análise dos elementos teóricos da Geopolítica, pensadores da Escola Superior de Guerra desenvolvem temas tais como os fundamentos e as escolas geopolíticas, o desafio do meio ambiente, a importância da posição, da forma e das

fronteiras do território na estratégia dos Estados, num estilo militar e autoritário, sugerindo, ou melhor, enaltecendo o potencial de grande potência do futuro do Brasil como um "destino manifesto".

4. A problemática do "espaço"

O "espaço" visto de óticas diferentes é o tema central do estudo tanto da Geografia quanto da Geopolítica, devendo ser considerado como um conjunto de relações implementadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz por igual, ou melhor, de forma idêntica em todos os lugares.

Para alguns autores a natureza seria a objetivação do espírito, uma vez que ela existe por si mesma, como objeto. O contexto natural é simplesmente a base geográfica da história universal, e não, em primeiro lugar, a precondição objetiva do trabalho social, embora as relações de trabalho possam ser encaradas como um reflexo do contexto natural. Um grande número de autores clássicos e modernos afirma que o espaço é apenas um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem.

Desde o fim do século passado já se considerava o espaço geográfico como um elemento de formação da sociedade. Todavia o papel do espaço, muitas vezes passa despercebido ou não é analisado em profundidade. O espaço é matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A praxis é ingrediente fundamental de transformação da natureza humana. O espaço impõe a cada coisa um conjunto de relações porque cada coisa ocupa um lugar no espaço. A geografia

humana é o estudo da projeção da sociedade sobre a face da terra.

Hoje o espaço das sociedades não é a soma dos espaços correspondentes a cada sociedade particular existente, tampouco esse espaço social é exclusivamente o "habitat" dos homens, devido à nova natureza das relações intra-sociais e entre sociedades. O espaço social é muito mais que o conjunto de "habitats", em virtude do novo tipo de relações cujo âmbito passou das comunidades isoladas e mesmo dos países para tornar-se mundial. A construção do espaço de nossos dias não resulta unicamente da atividade econômica direta e imediata, mas também das expectativas de valorização de áreas atualmente não ocupadas ou consideradas sem valor econômico.

O fato, porém, de que o aperfeiçoamento a um nível exemplar, de navegação extraterrestre e do aparelho de detecção, permite, de um lado, o conhecimento das riquezas naturais, não suspeitadas pelos próprios países que as possuem, e de outro, enseja o conhecimento de como evolui um grande número de aspectos da economia destes mesmos países, é ainda mais significativo pelo fato do desenvolvimento das riquezas científicas e tecnológicas estar concentrado em poucos países. São exclusivamente os países detentores de tais riquezas que realmente sabem o que os outros possuem, o que na prática faz com que a própria noção de soberania mude de conteúdo porque os Estados, mesmo os mais pobres, não sabendo o que têm a defender, se vêm obrigados a tentar um comando mais estrito da totalidade de seu território e de suas potencialidades.

Em contrapartida, essa incerteza é criadora de ações positivas e a política internacional surge como instrumento de transformação dos espaços nacionais, processo que se realiza através dos Estados. Nos dias atuais a necessidade de manter intactos os recursos naturais, não só para o presente mas como para o futuro, condiciona transformações na organização do espaço.

A própria noção de defesa militar e econômica, muitas vezes leva à construção de estradas, pontes, postos avançados, cidades artificiais e ao estímulo para o deslocamento de populações consideráveis para áreas estratégicas. O dado político aparece como um dos seus autores de relevo, uma vez criado o espaço social novo, as relações do homem com a natureza transformada são um fato produtivo. É a dialética do espaço⁸

O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, as técnicas que encarnam e às quais corporificam pela sua própria existência, se revestem de uma finalidade que é originariamente ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos.

4.1. A RELEVÂNCIA DO ESTADO

A noção tradicional de Estado se torna menos forte nas condições político-econômicas do período tecnológico: comando da economia mundial à escala mundial; política internacional fundamentada em interesses econômicos a curto e longo prazos; desconhecimento das verdadeiras riquezas nacionais pela maior parte dos países; papel das minorias no interior de cada nação; insatisfação crescente das populações, principalmente das populações pobres, provocada contraditoriamente pelas condições do sistema atual. Tudo isso contribui para retirar do Estado uma parcela importante de suas funções e de sua força, mas também fazem dele um instrumento indispensável.

Para poder prosseguir com as funções que exerce na atualidade o Estado tem que assumir, cada dia de maneira mais clara, seu papel mistificador, como propagador, ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social, de falsas esperanças que ele está bem longe de transferir para os fatos (exemplo claro desta realidade é a situação do Brasil Pós/64).

Nos países subdesenvolvidos, a modernização é contemporânea da expansão das funções do Estado. Este é cada vez mais chamado a responder a um número maior de atividades em função tanto de sua própria dependência econômica face aos países desenvolvidos como das novas condições da sociedade nacional.

A dependência econômica se situa a um nível elevado da realização da vida econômica nacional e as ligações de dominação são freqüentemente imperceptíveis aos níveis inferiores. Todas as tarefas correspondentes a estes níveis inferiores concernem ao Estado Nacional de uma forma ou de outra, seja qual for a nível de sua dependência externa. Além do mais, no interior de um país as ações do Estado tornam-se a um certo nível, interdependentes, o que acarreta muitas conseqüências sobre o plano da organização do

espaço e, conseqüentemente, sobre as mudanças de importância relativa de cada pedaço de território. Com efeito, tanto a realização de uma economia extrovertida como as respostas às aspirações propriamente nacionais passam por um esforço normativo realizado por uma legislação de efeito a longo prazo ou por decisões conjunturais. Tanto umas como outras podem representar aberturas ou freios à entrada de modernizações provenientes do exterior (posicionamento que configura perfeitamente o papel desenvolvido pelos geopolíticos brasileiros, filiados à Escola Superior de Guerra – que desenvolveram a doutrina de segurança nacional, baseada no binómio desenvolvimento/segurança).

O Estado exerce pois um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas.

A escolha pelos detentores do poder (classe dominante/militares/elite etc) da forma de satisfação das necessidades coletivas constitui um elemento de reorganização espacial; quer dizer que cada opção realizada pelo Estado em matéria de investimento, mesmo que improdutivo, atribui a um determinado lugar uma vantagem que modifica imediatamente os dados de organização do espaço. Assim se tomamos os problemas sob o ponto de vista das relações internacionais ou se levamos em consideração os problemas da vida cotidiana, o Estado aparece como um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerado como o elemento fundamental de seu estudo, mesmo se a ação do Estado, quanto à reformulação do espaço é marcada por contingências ou limitações.

Um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: *território*, *povo* e *soberania*. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e o espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania.

O território não é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Esse território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço, logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo como resultado da ação de um povo, do

trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as normas fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território.

Nas condições atuais de desenvolvimento do mundo, o espaço desempenha um papel importante na escravização ou liberação do homem.

5. À GUIZA DE CONCLUSÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, um número grande de políticos deu uma colaboração ao mesmo tempo preciosa e pernicioso à expansão do capitalismo e à expansão de todas as formas de desigualdades e opressão, no mundo como um todo e especialmente no Terceiro Mundo. O que é preciso, em contrapartida, é tentar fornecer as bases da reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda a gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns. Neste momento, então, poder-se-á dizer que ESPAÇO É PODER de uma forma construtiva e positiva.

Florianópolis, Maio/1985.

NOTAS

1. Definições extraídas da obra de Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*, pág. 114.
2. Citação extraída da obra de António Carlos Robert Moraes, *Geografia Pequena História Crítica*, pág. 30.
3. O ato de definir, claramente o objeto de uma ciência é também o ato de construir-lhe um sistema próprio de identificação das categorias analíticas que reproduzem no âmbito da *idéia* a totalidade de processos, tal como eles se reproduzem na *realidade*.
4. Posicionamento expendido por Pierre George em seu livro *A Geografia Ativa*, São Paulo, 1966, pág. 14.
5. Raciocínio desenvolvido por Júlio J. Chiavenato, *Geopolítica, arma do fascismo*.
6. Citação extraída da obra de Júlio J. Chiavenato, *Geopolítica, arma do fascismo*, pág. 20.
7. Citações extraídas do *Manual da Escola Superior de Guerra-Fundamentos Teóricos*, págs. 87 e 88.

8. O princípio da dialética do espaço se consubstancia no fato de que há sempre uma natureza primeira prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- CHIAVENATO, Júlio J. *Geopolítica, arma do fascismo*. São Paulo, Editora Global, 1981, 103 p.
- LAFER, Celso. *O Sistema Político Brasileiro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978, 129 p.
- MAGDOFF, Harry. *Imperialismo da Era Colonial ao Presente*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, 229 p.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: uma Leitura Introdutória, in *Marco*, Revista da Faculdade de São Marcos, São Paulo, n° 4 (IV), 7-26, 2º. semestre 1983.
- MORAES, António Carlos Robert. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo, Editora Hucitec, 1984, 138 p.
- MORAES, António Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Crítica, a Valorização do Espaço*. São Paulo, 1984, 196 p. .
- RICOUER, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1977, 172 p.
- RUEDA, Hector O. Gomez. *Teoria y Doctrina de la Geopolítica*. Buenos Aires, Editorial Astrea, 1977, 325 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Editora Hucitec, 1983, 236 p.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional- O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1981, 273 p.
- SOARES, Teixeira. *O Brasil no Conflito Ideológico Global*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980, 237 p.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA- *Fundamentos Teóricos*, Rio de Janeiro, 1983, 332 p.
- _____ - *Manual Básico*, Rio de Janeiro, 1983, 382 p.